

## Unidades pastorais: desafio ou ameaça?

### Introdução

As unidades pastorais constituem uma realidade relativamente nova, que se vai impondo progressivamente na acção governativa, na reflexão teológica e na organização eclesial.

Surgidas num contexto de acentuada diminuição do clero e de crescente mobilidade das populações, rapidamente suscitam uma série de questões que alargam imenso o seu âmbito inicial e apontam para a eclesiologia de comunhão orgânica e dinâmica em profunda e recíproca relação com o meio socio-cultural envolvente.

Assumidas como novas formas de reordenamento organizativo da Igreja, procuram o seu lugar na complexa rede pastoral, em que as estruturas pretendem ser significativas e funcionais, e impelem as demais formas a redefinir-se e a re-situar-se adequadamente.

Integradas numa Igreja preocupada com a rentabilização dos recursos ao serviço da missão, debatem-se com a problemática dos ministérios e de quanto lhes está ligado, designadamente a valorização do papel da mulher na condução da comunidade, com a governação paroquial assente na participação das pessoas, com a delimitação das funções pertencentes a cada comunidade na harmonia do conjunto da unidade.

Sendo uma realidade nova e estando assim contextualizadas, as unidades pastorais são portadoras de um verdadeiro desafio eclesiológico em todas as suas dimensões, como facilmente se verifica, ou, então, representam uma autêntica ameaça à renovação comunitária pretendida pelo Vaticano II e pelo magistério pós-conciliar, ficando reduzidas a simples medidas administrativas de efeito conservador.

Assumir as componentes principais daquele desafio é, sem dúvida, o objectivo fundamental do presente trabalho <sup>1</sup>. Contribuir de forma positiva para que a Igreja portuguesa possa aproveitar a oportunidade clamorosa da necessidade de reordenar o território em que está implantada e de reformar o seu modelo organizativo, é intenção que perpassa em toda a nossa reflexão. Também aqui os sinais dos tempos devem ser auscultados, lidos e interpretados em ordem a uma conveniente e esclarecida intervenção (GS 4, 11 e 44).

### 1. Contexto mudado e em mudança acentuada

A Igreja vive inserida no seu meio ambiente, do qual recebe influência e ao qual procura evangelizar. Desta inserção, nasce uma relação dialéctica fecunda que a impele a buscar sempre as melhores formas de presença, de organização e de intervenção.

As forças dinâmicas do ambiente repercutem-se na Igreja de modo condicionante, desvelando o estado de espírito colectivo e as tendências de futuro, exibindo capacidades humanas, oferecendo recursos e meios de acção e apontando caminhos que o Espírito vai abrindo. Consequentemente, é grande a sua importância para a renovação da Igreja, designadamente para a reflexão sobre as **unidades pastorais**.

Tendo em conta que a situação sócio-cultural e religiosa em Portugal é bastante complexa e diversificada e que os estudos escasseiam <sup>2</sup>, agrupam-se aquelas forças condicionantes em torno a núcleos polarizados e descrevem-se apenas alguns elementos que facilitam a sua compreensão e alcance.

**1.1.** A sociedade portuguesa vive um **razoável pluralismo** expresso nas diversas formas de pensar e de comunicar, nas correntes políticas e económicas e consequentes organizações, nas opções e nos estilos de vida,

<sup>1</sup> A estrutura básica deste trabalho surge nas Jornadas Pastorais realizadas pelos P. Dehonianos, de 14 a 16 de Fevereiro de 2000, em Fátima. Estas Jornadas são subordinadas ao tema "Unidades Pastorais: um desafio para as comunidades paroquiais". Interveno na sua apresentação com três comunicações que, depois, reelaborei profundamente para publicação.

<sup>2</sup> Citam-se aqueles em que se apoia a presente reflexão: Machado Pais, J. (coord.) – *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 1998, p. 469-518; AA. VV. – *Praxis Pastoral*, Rei dos Livros, Lisboa 1 (1996), designadamente Rocha, G. – *Igreja Portuguesa nos anos 90*, p. 33-43; Martínez Cortés J. – *La imagen de la Iglesia en una sociedad democrática*, in Sal Terrae, Bilbao, Avril (1999), p. 267-276.

na aceitação e respeito para com as confissões religiosas e a Igreja. Esta pluralidade revela um salto qualitativo – que se vem a intensificar cada vez mais – em relação àquilo que definia a situação tradicional e cria novos pontos de compreensão, de referência, de identificação e de interdependência, de responsabilidade pessoal e de afirmação subjectiva. A cultura democrática e participativa tende a ser envolvente de toda a realidade social portuguesa, a afirmar-se mais por princípios do que por práticas, a pôr em realce a necessidade e a urgência da educação cívica e da cidadania activa. As implicações decorrentes provocam grande impacto na acção pastoral, como facilmente se intui e pode comprovar.

**1.2.** A nova relação com os **Mass Media** é outra constante da situação que maiores interpelações provoca na área sócio-religiosa. A velocidade da informação, a armazenagem de dados e a correspondente facilidade de acesso aos mesmos, a diversidade de técnicas e de formas interactivas constituem exemplos significativos da revolução cultural cujo futuro se vai configurando de modo deslumbrante. A sua repercussão parece evidente no processo de transmissão e celebração da fé, de organização do circuito da informação e da recepção da mensagem, de participação co-responsável, de linguagem e formas de relacionamento.

**1.3.** O sagrado emerge também com uma força inusitada, revestindo as mais diversas formas de religiosidade ou piedade populares. A fenomenologia religiosa oferece-nos abundantes elementos e, numa tentativa de compreensão, aponta claramente para a **metamorfose do sagrado** <sup>3</sup> que, sendo conatural ao homem-mulher, o acompanha sempre, revestindo roupagens diferentes e dando origem a constelações plurais. As consequências deste facto são notórias, bem como as suas repercussões na relação das pessoas com o transcendente (mesmo inominado) e com a Igreja (sacramento de salvação universal e instituição pública de representação dessa relação). Basta lembrar a abundância de 'produtos' existentes no 'mercado' religioso e o estímulo ao correspondente self service, a diversidade de técnicas de captação (marketing) de possíveis adeptos, a implantação progressiva de novas confissões, movimentos e seitas, a mobilidade

<sup>3</sup> Cf. Martín Velasco, J. – *Metamorfosis de lo sagrado y futuro del cristianismo*, Bilbao: Sal Terrae, 1999, p. 10.

dos crentes que se deslocam de umas para outras religiões, a reacção da Igreja Católica, procurando captar e identificar o desafio deste fenómeno e oferecer a indispensável resposta por meio de uma pastoral mais personalizada e evangelizadora, de uma organização mais participativa.

**1.4.** O fenómeno da **globalização mundial**, designadamente na área económica nas suas principais vertentes de dinheiro, mercado e produto, apoiada pelas transformações das tecnologias, impõe-se cada vez mais e cria situações complexas. Sirva de exemplo a movimentação da Bolsa de Valores e a deslocação das unidades de produção para países com menores custos. Sintomática é também a voz dos que se fazem ouvir em ordem a concentrar esforços para que a interdependência se transforme, de facto, na solidariedade desejada, a educação promova a justiça solidária e o desenvolvimento integral de todos e de cada um, os processos de transformação valorizem as capacidades das pessoas, habilitando-as para tomarem parte na realização de **iniciativas locais adequadas**<sup>4</sup>. Ilustram bem a atenção às referidas iniciativas os planos de desenvolvimento, as pequenas e médias empresas, as autarquias e os seus programas, as redes domiciliárias de trabalho e assistência. Este complexo fenómeno interpela fortemente a consciência eclesial, sobretudo em três dimensões: a abertura à catolicidade e a tudo o que a expressa e vivifica, a importância dos espaços mais próximos às pessoas (associações de vizinhança, comunidades eclesiais de base, paróquias) e a necessidade de redefinir novos âmbitos locais, a partir de critérios de valorização de aptidões e recursos existentes, de serviço efectivo, próximo, articulado e funcional.

**1.5.** Relacionado com o fenómeno anterior está o ritmo acelerado da vida, a vertigem da mudança, **a engrenagem que, por sistema, fabrica a exclusão social** e as mais diversas feridas na vida, a consciência emergente do contraste entre a situação dos detentores da riqueza e a dos oprimidos pela miséria, radicalmente injusta. Este facto/ocorrência faz surgir a questão do sentido para vida, dos direitos humanos fundamentais, da educação integral como expressão do ser pessoa em relação com os demais, do ser próximo de todos, mas sobretudo das vítimas – a imensa maioria da população – e, a partir delas, da caminhada de libertação que

<sup>4</sup> Cf. García Roca, J. – *La educación en el cambio del milenio*, Bilbao: Sal Terrae, 1998, p. 29.

é urgente percorrer em conjunto. A Igreja portuguesa expressa, de modo especial, essa proximidade na preparação e celebração do Grande Jubileu do nascimento de Jesus Cristo<sup>5</sup>.

**1.6.** A recepção do Vaticano II, após as fases de euforia, de retracção e medo, e de restauração, dá mostras de querer **relançar a renovação conciliar**, alicerçada nas experiências sinodais do Povo de Deus e na colegialidade episcopal em comunhão com o Papa. Sinais deste relançamento podem encontrar-se na caminhada jubilar para o Ano 2000, nos programas pastorais de muitas dioceses, movimentos apostólicos e institutos de vida consagrada, em numerosas vozes críticas que vão apontando deficiências e lacunas no agir eclesial, sobretudo na área da prática dos direitos humanos e dos fiéis nas comunidades, na urgência de redistribuir os agentes pastorais, designadamente o clero, e na necessidade de empreender com mais audácia o diálogo missionário com o mundo.

**1.7.** A relação das pessoas com a Igreja instituição diversifica-se e dá origem a atitudes fundamentais que, para clareza de apresentação e facilidade de expressão, se podem agrupar em três: a das pessoas responsabilmente convictas, a das que mantêm vínculos que se expressam ocasionalmente (presença em celebrações de grande significado para a vida, solidariedade nas campanhas de cariz humanitário) e a das que manifestam uma crescente indiferença ou mesmo oposição frontal. Esta diversificação pode abrir caminho a uma revisão mais profunda das atitudes da Igreja e das suas formas de presença e de intervenção numa sociedade plural.

**1.8.** O estado anímico dos agentes pastorais é outro elemento a ter em conta nesta tentativa de ‘caracterizar’ o ambiente sócio-religioso. Apesar da frescura e jovialidade de muitos, encontram-se facilmente sintomas do estado predominante nos fenómenos de cansaço e saturação, de sensação de serem sempre os mesmos, de envelhecimento na idade, de im-preparação face aos desafios da missão.

O agente é o rosto visível do espírito da acção eclesial. Torna-se indispensável a criação de condições que enriqueçam e valorizem os agentes,

<sup>5</sup> Cf. CEP – *Deus-Pai, Criador e Senhor*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1998, p. 24-26.

estabeleçam elos de ligação e de concórdia e fomentem a complementaridade e subsidiaridade pastorais.

## 2. Para uma compreensão das Unidades Pastorais

A Igreja está situada no tempo e no espaço e, neles, realiza a sua missão. Neste labor, leva consigo – nos seus sacramentos e nas suas instituições – a figura deste mundo passageiro (LG 48), com o qual se relaciona de modo fecundo e recíproco (GS 40 e 45). Como sacramento universal de salvação, procura organizar-se para melhor expressar a comunhão e mais eficazmente levar por diante a missão. A história demonstra estes esforços e a situação presente “qual catecismo aberto” faz-nos ver os desafios decorrentes das transformações típicas de uma sociedade dinâmica (GS 5), que fortemente interpelam.

### 2.1. Elementos para uma clarificação do conceito “unidade pastoral”

A expressão “unidade pastoral” é recente, mas o seu significado mais profundo representa “um lógico ponto de chegada – e não necessariamente definitivo –, do movimento havido pelos anos cinquenta e mais vigorosamente desenvolvido pelo Concílio Vaticano II. Refiro-me à pastoral do conjunto” ou pastoral orgânica <sup>6</sup>. Em Portugal, este movimento manifesta-se de diversos modos, merecendo referência especial as vindas do Cónego Boulard a Portalegre, a partir de 1958, para orientar a montagem da pastoral de zona e comunicar ao clero o espírito que a anima <sup>7</sup>.

Com um sentido mais definido, surge na década de 80 em artigos de revista e nos anos 90 em alguns sínodos diocesanos, designadamente nos de Milão, Braga e Coimbra <sup>8</sup>. Também a Conferência Episcopal Portuguesa lhe dedica atenção na sua assembleia de Abril de 1999, bem

<sup>6</sup> Bonicelli, G. – *Unità pastorali e futuro de la Chiesa Locali, in Unità Pastorali, verso un nuovo modello di parrocchia?*. Roma: Ed. Dehoniane 1994, p. 7.

<sup>7</sup> Boletim de Informação Pastoral (BIP) 6 (1960), 23.

<sup>8</sup> Cf. Janela, A. – *Igreja presente na cidade*, in *Communio*, Ano VII, 1 (1990) 27; Cf. Diocese de Coimbra – *Décimo Segundo Sínodo Diocesano*, Ed. Coimbra 1999, pp. 175-176; Cf. *Propostas Sinodais*, 40º Sínodo Diocesano Bracarense, 1994-1997, Braga: Tipografia Diário do Minho, (s. d.), p. 23; Cf. *Livro do Sínodo*, idem, pp. 50 e 51.

como o Comité dos pastoralistas no encontro de Maio do mesmo ano. Uma boa síntese dos esforços inicialmente feitos em França, Espanha, Alemanha e Itália é apresentada no seminário de Assis e no congresso de Bertinoro, promovidos pelo Centro de Orientação Pastoral. Esta síntese é reflectida, sistematizada e posteriormente publicada. Outras obras se seguiram que oferecem excelentes pontos de apoio para uma abordagem esclarecedora.

As unidades pastorais (ups) vão-se configurando progressivamente, a partir dos elementos postos em realce pelas experiências. Enunciam-se os mais importantes que podem ajudar a compreender esta realidade promissora na vida pastoral e a estabelecer uma primeira caracterização.

- a) De acordo com Valentino Grolla, as unidades constituem um novo sujeito pastoral, a par de outros como a paróquia tradicional e o arceprelado; estão “implantadas” numa área territorial com homogeneidade socio-cultural e com um habitat humano identificado, e não apenas com simples delimitação geográfica; integram várias comunidades paroquiais, com os seus recursos e limitações; realizam uma acção pastoral partilhada, de maneira unitária e orgânica; vivem e promovem uma diversidade de ministérios; têm como guia um presbítero ou mais, ou uma equipa a teor do direito (cân. 517); procuram ser uma presença missionária eficaz, evangelizando e dando resposta aos problemas do território; estão inseridas, de forma estruturada e reconhecida, no projecto pastoral diocesano <sup>9</sup>.
- b) De forma mais lapidar, pode definir-se a unidade pastoral como forma de colaboração orgânica entre paróquias vizinhas, promovida, configurada e reconhecida institucionalmente <sup>10</sup>, como estrutura de serviço para um território mais amplo <sup>11</sup> (do que a paróquia), ou ainda a junção de várias paróquias criando “maiores

<sup>9</sup> Cf. Brunet, G. – *Unità Pastorale verso la maturità*, *Settimana* 11 (21.03.1999), p. 16; Cf. Grolla, V. – *Unità pastorali nel rinnovamento della pastorale parrocchiale*, Roma: Ed. Dehoniane, 1996.

<sup>10</sup> Cf. Diocesi di Milano – *Sínodo de Milão*, 47, *Le Unità Pastorali nella Pastorale d'Insieme*: Centro Ambrosianon, Milano, 1995, p. 207.

<sup>11</sup> Cf. Prezzi, L. – *Nuova mappa delle parrocchia*, *Chiesa in Prancia*, *Il Regno-Attualità* 6/99, p. 150.

espaços onde possa haver um grupo de padres a viverem em pequenos presbitérios, um maior número de leigos que se possam corresponsabilizar por um campo comum".<sup>12</sup>

- c) Dos elementos apresentados, surgem pontos comuns que será importante acentuar e assumir. O projecto 'unidade pastoral' está impregnado de uma nova mentalidade – a da Igreja comunhão; trata-se de viver a comunhão no espaço eclesial mais próximo às pessoas e, a partir dele, abrir-se, de forma articulada e orgânica, a âmbitos mais amplos: Igreja diocesana, e nela, às suas zonas ou regiões, à Igreja universal; exige um método de trabalho pastoral programado a nível interparoquial ou diocesano; diz respeito a todo o povo de Deus e não apenas aos agentes pastorais, ainda que esteja muito condicionado por estes; visa alcançar objectivos de evangelização, celebração e serviço (missão integral da Igreja inculturada naquele território) e não apenas resolver problemas provenientes da falta de clero ou da diminuição de vocações à vida apostólica.

## 2.2. Fundamentação das unidades pastorais

Como facilmente se percebe, várias razões justificam a constituição e implementação das ups no seio da Igreja diocesana. São razões de nível socio-demográfico, teológico e eclesiológico, e antropológico-organizativo. Nem todas possuem igual valor, embora estejam dotadas de apreciável consistência. Os três níveis indicados convergem na criação das melhores condições para que as pessoas possam ser e viver Igreja, sentindo-se comunidade amada por Deus e enviada em missão.

- a) *A nível socio-demográfico*, é de destacar a repercussão da mobilidade da população, com a diminuição nas aldeias e vilas rurais, e com a concentração nas cidades e suas periferias, nas zonas industriais ou de grande oferta de trabalho; o clero envelhecido e em franco decréscimo numérico<sup>13</sup>; a redução substancial do seu papel relevante na civilização paroquial (quase extinta); as insuficiências da paróquia tradicional.

<sup>12</sup> Alves, J. – *Actualidade*, Correio de Coimbra, (15.04.1999) 5.

<sup>13</sup> Cf. Pedreira, J. A. – *Estatísticas de 1998-1999*, in Lumen, Ano 60 – Série III – 5 (1999) 14-19.

- b) *A nível teológico e eclesiológico*, salienta-se a necessidade de encontrar espaços razoáveis ao comum dos fiéis para viverem-celebrarem-testemunharem as várias dimensões da comunhão; a valorização dos dons-carismas com que o Espírito dota os baptizados (I Ped. 4, 10); a atenção ao conjunto orgânico e dinâmico da Igreja de Cristo e a cada uma das suas partes a fim de que todos os seus membros cresçam na caridade mediante a prática da verdade (Ef. 4, 15-16); a função e o impacto dos modelos comunitários na evangelização da sociedade pluralista e secular.
- c) *A nível antropológico e organizativo*, acentua-se a importância das estruturas para a pessoa humana e suas comunidades; a relação-influência da organização administrativa do território; a boa gestão dos recursos disponíveis; o direito do "povo-órfão" e dos agentes dispersos e debilitados a disporem das condições indispensáveis à celebração da fé e à prática da solidariedade, nas quais se inclui necessariamente o indispensável acompanhamento espiritual.

## 2.3. Unidades pastorais e organização eclesial

As ups como sujeito pastoral fazem surgir uma outra forma de realização da Igreja e um novo nível no seu ordenamento organizativo. Estão condicionadas pelo modo como os serviços centrais da Igreja diocesana assumem as suas funções (transmissão e educação da fé, celebração e oração, serviço e testemunho no meio ambiente) e pelas possibilidades de recursos das paróquias envolvidas. Há normalmente três níveis de ordenamento: a região, a (com)unidade e a paróquia, cujas atribuições explicitamos a partir da experiência francesa<sup>14</sup>.

- a) A região pastoral é composta por um conjunto de arceprestados, próximos e homogéneos, e tem por objectivo prestar atenção às realidades colectivas sociais na sua globalidade e evolução, articular as orientações da cúria diocesana com os desejos e as iniciativas das comunidades, coordenar e apoiar a cooperação entre as unidades territoriais, os movimentos e os serviços. Assume-se

<sup>14</sup> Cf. Houée, P. – *Igreja e ordenamento do território*, La Maison-Dieu, 206 (1999/2), 81.

como lugar de formação descentralizada e pode realizar outras tarefas específicas como a preparação para o matrimónio ou a celebração de assembleias; deste modo expressa e fomenta uma certa unidade e vai definindo a sua própria configuração.

- b) A (com)unidade pastoral constitui uma nova realidade organizativa, cheia de potencialidades apostólicas. É o espaço mais comum da vida eclesial, podendo desenvolver-se em todas as suas dimensões. Está chamada a possuir as proporções indispensáveis a uma vasta presença missionária para irradiar com vitalidade própria, e a manter delimitações restritas para exercer uma pastoral de proximidade. É na up que se organiza a pastoral comum, especialmente a preparação e coordenação da catequese, a presença organizada dos jovens, a celebração litúrgica e sacramental (a eucaristia é celebrada de modo permanente no centro da unidade e de forma rotativa nas paróquias), a preparação para o baptismo, para o crisma, a articulação com os movimentos e os serviços, a colaboração com grupos sociais em causas humanitárias (bombeiros, cruz vermelha, cooperativas, associações). A pastoral comum é normalmente definida e acompanhada pelo padre responsável e pelo conselho pastoral.

Valentino Grolla, da escola teológico-pastoral italiana, resume a função das ups nos seguintes pontos: A programação pastoral adequada, a relação solidária com o território e suas instituições de serviço, a formação dos agentes pastorais necessários a cada uma das suas comunidades, a resposta qualificada a sectores e a problemas portadores de novidade que exige iluminação evangélica <sup>15</sup>.

- c) A paróquia com um ou mais templos realiza os serviços que lhe estão atribuídos, no âmbito das ups. Normalmente tem um estatuto de pequena comunidade eclesial. Faz a celebração dominical da Palavra e de louvor, assegura a catequese das crianças e o apoio aos doentes e idosos, celebra os grandes momentos da vida (baptismo, casamento e exéquias), colabora para as despesas próprias e comuns, está atenta aos problemas do meio e procura

<sup>15</sup> Cf. Grolla, V., *o.c.*, pp. 111-113.

a correspondente resposta cristã, encaminhando-os, se for caso disso, para as ups (cf. 4. 2).

Esta função da paróquia inserida na unidade pastoral procura redefinir a identidade emergente de cada comunidade e do seu conjunto. A experiência reflectida há-de ajudar a encontrar os caminhos mais aptos para tornar significativa e operativa esta nova estrutura de comunhão eclesial.

Funções igualmente importantes podem ser: manter viva a animação da comunidade (informação e atenção a factos particulares, conservação das tradições religiosas e civis, a realização das festas patronais), ter um cuidado solícito para com os doentes, atender a situações de pobreza, garantir o serviço à Palavra de Deus e à oração (leitura da palavra em grupo e nas casas de família, preparação de guias para a oração comunitária e para momentos de piedade popular), fazer a distribuição da comunhão eucarística por um ministro extraordinário, organizar e promover o serviço da caridade e da animação missionária <sup>16</sup>.

### 3. Experiências em curso: passos positivos e problemas

“Uma mudança silenciosa, mas significativa está em curso na Igreja de França” <sup>17</sup>. Esta mudança altera radicalmente o mapa das paróquias. Oitenta e uma das 95 dioceses francesas estão envolvidas no processo de revisão. Algo parecido ocorre noutros países europeus.

Por isso, as experiências estão bastante contextualizadas e são fruto de uma série de opções condicionadas por inúmeros factores. Dão origem a uma pluralidade muito rica, mas que se torna difícil sistematizar e apresentar. Pelo seu valor real e simbólico, destacam-se três: a de Milão, a de Carentan (Coutances, França) e a de Coimbra. Após breve descrição de cada experiência, a nossa reflexão centra-se no que se consegue, nos problemas em aberto e na tipologia consequente.

<sup>16</sup> Cf. Idem, *o.c.*, p. 110.

<sup>17</sup> Prezzi, L. – *Nouvo mappa delle parrocchie*, in *Il Regno-Actualité* 6 (1999) 148.

### 3.1. Três experiências significativas

a) “A pastoral numa paróquia de Milão” é o título de uma comunicação de Mons. Luigi Manganini <sup>18</sup>, vigário episcopal para a evangelização, feita aos párocos de Barcelona, em 1998. Do seu relato, salientam-se os passos seguintes: a análise da situação da paróquia milanesa nos anos 70, o laborioso início de uma metodologia pastoral com a publicação das cinco primeiras cartas do novo Arcebispo Martini, a realização do Sínodo que consolida e institucionaliza o binómio projecto-programa de base diocesana e paroquial.

De acordo com este projecto-programa, a paróquia é definida como “figura de Igreja que torna possível a missão da Igreja num território determinado,” a articulação da pastoral do conjunto com as unidades pastorais deve ser prioritariamente prosseguida, a programação e organização do trabalho pastoral terão de ser feitos com espírito sinodal e metodologia científica.

Essa metodologia aplicada à pastoral paroquial pode resumir-se a estes passos: O arcebispo estabelece o tema do ano seguinte e consulta os conselhos pastoral e presbiteral; redige depois a carta pastoral programática e encarrega o vigário episcopal para a evangelização de elaborar, com os seus colaboradores, o “Laborare insieme” (instrumento operativo que acompanha a carta pastoral); entretanto preparam-se os subsídios necessários; publica-se toda a documentação no Verão, (a tempo de os conselhos paroquiais fazerem o seu programa pastoral com base nesta memória diocesana); divulga-se também o calendário das reuniões diocesanas a fim de serem tidas em conta na elaboração dos calendários paroquiais.

Neste percurso, sobressai a paróquia cidadina que deve revestir toda a sua acção pastoral de espírito catecumenal, assumir os desafios de uma sociedade pluralista e em processo acentuado de secularização, cuidar o atendimento das pessoas e qualificar as assembleias dominicais, ainda que para isso seja preciso diminuir o número de missas.

<sup>18</sup> Cf. Manganini, L. – *La Pastoral en una parroquia de Milán*, Phase, 225 (1998) 203-213.

b) “Recepção litúrgica de uma nova paróquia” é o título do artigo-memória da celebração do processo seguido em Carentan. De dezasseis antigas paróquias surge uma nova <sup>19</sup>. Esta celebração, feita a 26.03.1995, apresenta, de forma simbólica e ritualizada muito bela, a caminhada percorrida para actualizar a maneira de a Igreja estar no mundo, a forma de “inscrever” a paróquia na sociedade actual, a responsabilidade que cabe a todos os cristãos chamados a serem sujeitos e actores na recém nascida unidade pastoral.

“A criação de novas paróquias e pequenas comunidades convidam-nos a verificar se vivemos bem a corresponsabilidade” – lembra Mons. Jacques Fihey na sua exortação pastoral sobre “pôr em acção a corresponsabilidade”. E prossegue o bispo diocesano afirmando que “há várias maneiras de a viver”, dando como exemplos os movimentos e as paróquias. Garante, ainda, que mais do que nunca, precisa o pároco de “viver o seu ministério em corresponsabilidade com os leigos”.

c) “Adequação pastoral da Diocese às exigências da renovação conciliar e aos novos contextos sociais” é o título do documento proposto à reflexão do clero de Coimbra e aprovado na Assembleia do Conselho Presbiteral realizada a 3 e 4 de Junho de 1999. Após uma breve resenha histórica da elaboração do documento, seguem-se capítulos com gráficos de idades dos párocos, com a análise da realidade populacional em confronto com o número dos párocos, com as situações novas que requerem adequadas respostas pastorais, com a exigência feita pela renovação conciliar de uma conveniente reorganização da diocese. É neste contexto que surgem as unidades pastorais, integradas na pastoral do conjunto à semelhança do modelo francês. O documento inclui ainda um capítulo com algumas propostas de adequação pastoral mais urgentes e um anexo com a redefinição de zonas pastorais em ordem a uma acção comunitária.

<sup>19</sup> Cf. Letournel, R. – *Recepção litúrgica de uma nova paróquia*, La Maison-Dieu, 206 (1996/2) 33-45.

### 3.2 O que se consegue

Embora sumariamente, podem enumerar-se alguns passos positivos: encontrar outra forma credível de viver a comunhão eclesial, redefinir o perfil da paróquia comunidade de outras paróquias (que se pode visualizar simbolicamente no cacho de uvas maduras), garantir ao povo-orfão e desamparado um dos elementos mais sólidos da sua identidade (a instituição paroquial, o templo, a residência, as devoções e as festas, o Domingo), rentabilizar recursos humanos e materiais e coordenar modos de presença e intervenção, provocar novas formas de serviço (vocações e ministérios), re-situar a missão do presbítero nas suas funções primordiais e numa equipa de agentes corresponsáveis, programar em comum a acção pastoral, praticar a solidariedade e a subsidiaridade apostólicas, dar um “rosto humano” à comunhão, revigorar a esperança em tantas “Saras” estéreis.

Em resumo, as unidades pastorais não são a solução mágica dos problemas pastorais, mas constituem uma acertada proposta de trabalho, especialmente adequada às condições do nosso tempo e às exigências da eclesiologia de comunhão, orgânica e dinâmica.

### 3.3. Problemas em aberto

As reacções ao projecto da constituição das ups são várias, parecendo mais significativas e críticas as seguintes: solução administrativa de “tapaburacos”, fruto de um decreto de tipo verticalista e clerical, sem envolver no processo as “pessoas atingidas”, reprodução do sistema paroquial tradicional centralizado, indefinição do estatuto da nova configuração paroquial (que funções pertence a cada comunidade pastoral-velha paróquia e à nova paróquia ou comunhão de comunidades), relação conservadora com o meio ambiente e preocupação centrada mais na canónica *salus animarum* do que na procura de resposta eficaz aos novos desafios da evangelização. Neste contexto insiste-se na urgência de uma nova psicologia pastoral para o exercício do ministério e na necessidade da formação contínua dos presbíteros, bem como na educação dos seminaristas para um trabalho de corresponsabilidade em que se integra a sua função específica.

Em síntese, subsistem problemas de legitimação teológica pois uma opção pastoral – como acontece com frequência –, não pode ter como fundamento apenas a urgência de dar resposta operativa a um problema

mesmo dramático. Outro género de problemas tem a ver com o método de trabalho e as funções da equipa que guia a unidade pastoral e, ainda, com a formação permanente dos presbíteros, das religiosas e dos leigos “para uma ministerialidade integrada que é sempre mais o objectivo a privilegiar para o futuro”<sup>20</sup>.

### 3.4. Tipologias principais

A constituição das ups está condicionada por inúmeros factores, como anteriormente se refere. A conjugação desses factores dá origem a uma razoável diversidade de tipologias que, de forma sumária, agora se apontam. Para facilidade e clareza na exposição, são agrupadas em três núcleos principais.

- a) A partir da colaboração, surgem as paróquias confiadas “in solido” a vários presbíteros; as paróquias confiadas a um só presbítero; as paróquias de uma mesma cidade em forma de unidade cidadina; as paróquias que têm um vigário paroquial para o sector da pastoral juvenil ou familiar ou para outros sectores.
- b) A partir da reorganização das funções, distingue-se o que pertence à unidade pastoral ou nova paróquia e às pequenas comunidades (antigas paróquias), a competência dos diversos agentes pastorais, designadamente das pessoas e das equipas que intervêm na animação e condução do conjunto paroquial e de cada sector.
- c) A partir do processo usado, destacam-se as formas de intervenção para suscitar, acompanhar e consolidar a mudança das situações. Este processo dá origem a diversas alternativas de acção pastoral, que serão apresentadas mais à frente.  
Da articulação destes elementos emerge a configuração da unidade pastoral e a correspondente tipologia. Excluí-se assim o modelo único por não corresponder à diversidade expressa, e salienta-se a necessidade de, na pluralidade tipológica, manter os elementos constantes da identidade pretendida.

<sup>20</sup> Grolla, V. – o.c., p. 114.

#### 4. Ao serviço da pastoral paroquial

A concretização das ups nas comunidades ao serviço da pastoral paroquial está condicionada por vários factores, designadamente pela compreensão da proposta-projecto, pela leitura da radiografia da situação (análise da realidade) e pela definição do modelo operativo e das correspondentes estratégias, além, como parece óbvio, da espiritualidade da comunhão eclesial que sempre acompanha e dinamiza a acção pastoral.

Por isso, embora sumariamente, explicita-se o que é a pastoral paroquial e apresenta-se um “esboço” do modelo operativo e das estratégias mais consentâneas com os métodos de participação.

##### 4.1. Pastoral paroquial

A pastoral paroquial pode ser entendida como a realização da missão da Igreja coerente com a sua vocação de mistério de comunhão e de sacramento de salvação, realização feita num local ou num espaço socio-cultural em ordem a que a multidão se converta em Povo de Deus identificado (LG 9) e, nele, as pessoas atinjam a maturidade a que estão chamadas. Tem por isso um duplo sentido:

a) A edificação da comunidade orgânica e dinâmica (onde não existe) e o revigoração de outros fermentos de comunhão missionária.

b) A renovação-animação da comunidade existente para crescer na fidelidade ao Senhor e na atenção aos problemas do mundo, sobretudo àqueles que a sociedade envolvente suscita e agrava.

O Sínodo sobre a vocação e a missão dos leigos, apela à renovação das estruturas paroquiais e à criação das comunidades eclesiais de base, exorta a que “para a renovação das paróquias e para melhor assegurar a sua eficácia operativa” se favoreça a constituição de formas institucionais de cooperação entre as diversas paróquias de um mesmo território, e sublinha a importância de os problemas pastorais no âmbito da paróquia deverem ser analisados “com o contributo de todos” (ChL 26 e 27).

A exortação sinodal define assim o caminho de renovação comunitária da paróquia e dos seus organismos de participação, e recomenda a abertura solidária como forma institucional de cooperação. Esta forma pode configurar-se no arceprelado ou vigararia, na unidade pastoral, na colaboração entre duas ou mais paróquias, ou noutras que a experiência recomende como válidas e a autoridade eclesiástica aprove.

#### 4.2. Modelo operativo

Este modelo comporta um ideal a atingir e um itinerário a percorrer. Supõe decisões tomadas de acordo com determinados critérios. Define-se claramente pelo conjunto programado de iniciativas a empreender e pela pedagogia a usar.

a) O ideal diz respeito à criação e consolidação das ups e, nelas, à redefinição das velhas paróquias, agora pequenas comunidades eclesiais (cf. 2. 3). Os traços fundamentais destas comunidades estão já assumidos pelo magistério (EN 58, RM 51, ChL 26) e nada impede que se façam outras experiências para responder a novas necessidades.

A nível organizativo, há uma equipa responsável pela animação pastoral que se encarrega de providenciar pela realização das principais funções: atenção às pessoas e às situações especiais que possam estar a viver, fazer circular a informação junto dos jovens e das crianças em idade de catequese e de suas famílias, acompanhar os doentes e as pessoas idosas, animar a oração local e preparar as celebrações litúrgicas que digam respeito aos “vizinhos” (matrimónios, funerais, festas locais), organizar o arranjo das igrejas ou das capelas, se as há, na aldeia ou no bairro, estar em contacto com as autoridades locais, assegurar a ligação com o pároco e com a equipa de animação pastoral de toda a paróquia (Carentan).

A equipa de animação local da nova ceb pode ser constituída por cinco elementos: o que representa a comunidade (delegado pastoral), o que administra os bens (tesoureiro), o que garante o serviço da oração, o que promove o anúncio e educação da fé, e o que organiza a prática da caridade. Os dois primeiros podem ser eleitos; os outros são fruto de carismas; todos devem ser reconhecidos pelo pároco ou por outra autoridade, a teor do direito. A sua função primordial é animar a comunidade local a ser a Igreja possível naquelas circunstâncias.

b) O itinerário tem normalmente uma fase prévia e três fases subsequentes. A fase prévia pretende que se tome consciência da realidade e procure a solução mais adequada, que se aprofundem as hipóteses surgidas em ordem a tomar a decisão correcta, que se implemente esta decisão de forma expressiva (que envolva

gradualmente a construção da solução desejada). As três subseqüentes visam convocar as pessoas, debater as propostas alternativas e redefinir a configuração da up e das pequenas comunidades (função de cada uma e do conjunto, bem como a correspondente articulação de serviços).

### 4.3. Estratégias e respectivas razões justificativas

Para tomar a decisão de criar ou reorganizar as ups, são várias as alternativas de acção e todas elas justificáveis de acordo com certos critérios. O confronto destes com a eclesiologia pós-conciliar e com a antropologia cristã põem em evidência a possível correcção.

Basicamente, podem reduzir-se a duas alternativas:<sup>21</sup>

- a) Integrar as pequenas paróquias na grande paróquia de modo que fiquem absorvidas num único centro ou respeitando a singularidade de cada, de modo a conservar a sua identidade em forma descentralizada.
- b) Agrupar as pequenas paróquias por decisão administrativa ou fazer um processo de consenso; nesta segunda hipótese, fazer um processo de consenso só com os agentes de pastoral ou com o conjunto dos baptizados.

Nestas alternativas, as preferências vão claramente para os critérios que preconizam o respeito pela identidade e singularidade de cada uma, pela descentralização assente na solidariedade e na subsidiariedade, pelo processo de consenso progressivo, tendente a envolver todos os baptizados, pela procura de formas de participação acessível a cada um no percurso a fazer em conjunto.

As opções indicadas justificam-se pela sua conformidade e sintonia com a eclesiologia de comunhão expressa na imagem ideal a construir e no modelo operativo a pôr em prática, pelo respeito dispensado às pessoas envolvidas e pela salvaguarda da instituição-comunidade paroquial que faz parte da identidade histórica das aldeias e freguesias.

Há outras razões que se prendem com a necessidade de “saber lidar” com situações complexas que exigem, antes da decisão jurídica, espaços

<sup>21</sup> Cf. MMM. – *Estratégia para a comunicação dos projectos PRP e PRD*, Lisboa 1997, p. 15.

amplos de diálogo e discernimento onde os baptizados possam tomar parte e ir construindo a solução mais indicada. A hierarquia precisa de se sentir acompanhada no exercício da sua função, os leigos necessitam de ir desabrochando para novas formas de participação (“porta aberta” a novos ministérios). Todos os fiéis baptizados podem assim experimentar e viver a comunhão não apenas na aceitação da decisão jurídica final, mas no consenso conseguido passo a passo ao longo do itinerário.

“Propomos um processo de consenso, que requer paciência e firmeza, para que muitos baptizados passem de uma posição de exigência de direitos a outra de assumir deveres perante o problema que diz respeito à vida toda da Igreja local”<sup>22</sup>. O problema diz respeito a todos; também a sua solução. Por isso, deve fazer-se com todos ou com o maior número possível, com modalidades a inventar.

Desta forma, o povo sentirá que é Igreja e que nela tem lugar próprio. Os baptizados contactarão com a Igreja de forma responsável e participativa e poderão crescer na sua afeição por ela. Os agentes pastorais sentir-se-ão acompanhados na busca de resposta para os novos desafios e reavivará as razões da sua esperança. O ministério ordenado situará a sua função no seio da comunidade e liderará o processo de transformação. A decisão final, sendo um acto jurídico-administrativo do bispo, surgirá como um serviço à comunhão realizado em espírito de comunhão.

### Conclusão

As unidades pastorais constituem um desafio ou representam uma ameaça?! A interrogação é pertinente e legítima e tem várias respostas como acaba de ser explanado.

Serão ameaça sempre que a sua constituição desrespeite a situação do povo cristão, espoliando-o de parte dos bens religiosos que definem a sua identidade; sempre que o processo de mudança se reduza a simples acto formal de anexação paroquial; sempre que o equilíbrio de funções entre o conjunto e a parte não esteja adequado às circunstâncias e não promova as capacidades das pessoas e os recursos locais; sempre que a organização pastoral não se expresse na solidariedade e na subsidiariedade entre os fiéis, seus grupos e comunidades nos diversos espaços que configuram

<sup>22</sup> Idem, *o.c.*, p. 16.

a Igreja diocesana; sempre que a relação com o meio ambiente e seu território seja de simples coexistência pacífica e não de parceria activa em prol do bem comum iluminado pela fé em Jesus Cristo.

Constituem um autêntico desafio que importa saber assumir como oportunidade que o Espírito de Deus suscita, por meio das situações concretas, em ordem à renovação da Igreja e à evangelização da sociedade. Desafio a viver e promover a comunhão eclesial, de forma orgânica e dinâmica, encontrando espaços adequados. Desafio a rever, renovar e reorganizar as estruturas da Igreja enquanto organismo vivo para que surja verdadeiramente como instituição mensagem. Desafio a partilhar responsabilidades de forma estável e a criar novos ministérios adequados ao serviço pastoral requerido pela situação das pessoas. Desafio a organizar e programar o trabalho apostólico, envolvendo o maior número e pretendendo chegar a todos os habitantes (dimensão evangelizadora) do respectivo território. Desafio a tomar decisões sem possuir todos os graus de certeza, arriscando na solução que pode servir melhor <sup>23</sup>.

GEORGINO ROCHA

<sup>23</sup> O percurso das ups é esclarecedor para a renovação das megaparóquias. Nestas o processo é inverso, mas o ideal é o mesmo: edificar uma paróquia comunhão de comunidades e serviços, aberta e solidária com as demais instâncias da Igreja e com o meio ambiente, em constante apoio evangelizador aos que precisam de fazer a iniciação cristã seguindo o método e o espírito catecumenais.

## Carta 43, enviada às “Quarenta e duas cartas (que não de amor)” de Fátima Andresen

*Gosto de cartas e, como estão demasiado longe os mortos, e demasiado perto aqueles a quem não há nada a dizer, inventarei cartas e a ti, homem a quem digo o que não sinto e descreva o que não sonho.*

FÁTIMA ANDERSEN

*Méditer l'écriture, c'est-à-dire aussi bien l'effacement – et la production d'écriture est aussi la production d'un système d'effacement, la trace est à la fois ce qui s'inscrit et ce qui s'efface –, c'est méditer constamment ce qui rend illisible ou ce qui est rendu illisible.*

J. DERRIDA

1. A ideia da autobiografia, ou da escrita de si, como prática cultural, começa apenas a despertar na nossa paisagem portuguesa. O gesto autobiográfico permite construir a sua vida contando-a. Como um romance. Ninguém conta a sua vida como estende a roupa ao sol, porque nem o riso nem as lágrimas são lisíveis. O pacto autobiográfico lança o texto no adro das relações com os outros, pondo em ressonância o íntimo e o social, mas guardando o enigma da destinação, da “destinerrância”, como diz Derrida, com as suas ficções e simulacros. Não se fala/escreve só para informar, mas para cometer um “trabalho” de memória, *ut commemoremus*, para ligar. O pacto autobiográfico é performativo. Porque falar/escrever/ler é ligar. A fala (ou a escrita) assenta num “sítio auricular”, interlocutivo, do

\* Fátima Andersen – *Quarenta e duas cartas (que não de amor)*. Lisboa: Colibri, 1998.